

DESAFIOS E OBSTÁCULOS NAS PESQUISAS DE OPINIÃO COM POLICIAIS¹

Viviane de Oliveira Cubas² e Frederico Castelo Branco³

Resumo

São muitos os obstáculos e desafios para a condução de pesquisas com as agências policiais uma vez que são instituições tradicionalmente fechadas ao público externo. Esta nota relata o desenvolvimento e coleta dados em uma pesquisa sobre auto legitimidade com policiais na cidade de São Paulo. Apresenta as etapas de construção da ferramenta de coleta, o processo de organização do trabalho de campo e definição da amostra, e a aplicação de uma *survey*, em 2016, junto a policiais civis e militares.

Abstract

There are many obstacles and challenges to conducting research with police agencies since they are traditionally closed to the public. This paper reports on the development and collection of data in a research on self-legitimacy with police officers in the city of São Paulo. It presents the steps of the construction of the collection tool, the process of fieldwork organization and definition of the sample, and the conduct of a survey in 2016 of civilian and military police officers.

¹ A pesquisa apresentada na presente nota é parte do projeto Cepid "Building Democracy Daily: Human Rights, Violence and Institutional Trust", conduzida pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) e financiada pela Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (Processo nº 2011/51346-9).

² Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo vocubas@gmail.com.

³ Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo fredericocbt@usp.br.

Neste texto relatamos um trabalho realizado entre os anos 2015 e 2016, no qual elaboramos e aplicamos uma pesquisa de opinião junto a policiais, civis e militares, que atuavam em oito áreas da cidade de São Paulo. O objetivo da pesquisa consistiu em explorar a legitimidade a partir da perspectiva dos agentes, especialmente daqueles que atuam “ao nível da rua” (Lipsky, 2010), interação diretamente com os cidadãos e que por exercer autoridade e implementar regras têm amplo poder discricionário.

Por meio de um questionário, buscamos explorar as percepções desses policiais a respeito de sua própria legitimidade –entendida como a autoconfiança em seus direitos morais de exercer o poder de que dispõem (Tankebe, 2010)– e os aspectos que podem influenciar essa percepção.

No Brasil, tanto o tema da legitimidade quanto os levantamentos quantitativos junto a policiais são bastante incipientes. Predominam os estudos da área da saúde, que abordam temas como vitimização, qualidade de vida e saúde mental dos agentes, que nem sempre trabalham com amostras representativas da população estudada. Poucos são os trabalhos da área que usam dados quantitativos.

Tradicionalmente, entrevistas (estruturadas e semiestruturadas) e etnografias constituem as principais abordagens para esses estudos (Mesquita Neto, 2004; Brito e Souza, 2004; Porto, 2004; Porto e Costa, 2009; Muniz e Silva, 2010; Lima, 2013; Muniz e Melo, 2014). Para além das identidades disciplinares, vigentes em determinados períodos e lugares e que influenciam as escolhas metodológicas dos pesquisadores, o desafio no uso de dados quantitativos nas pesquisas com policiais reside também no acesso a dados e informações do campo da segurança pública.

Embora o acesso e a disponibilidade de dados e estatísticas relacionados à segurança pública sejam hoje maiores do que algumas décadas atrás,⁴ informações específicas so-

⁴ Hoje, impulsionado pela lei de acesso à informação, cerca de 70% dos Estados brasileiros divulgam dados sobre criminalidade, muito embora ainda com qualidade e acessibilidade variáveis (Oliveira, Duflath e Horta, 2014).

bre o efetivo e outras características da população policial continuam sendo difíceis, principalmente sob o argumento de que tais dados são sigilosos e estratégicos para as forças de segurança.⁵

Diante desse quadro, há desafios para a pesquisa inerentes ao objeto polícia e policiais, especialmente por se tratar de uma instituição tradicionalmente fechada ao público externo. Desafios que podem ser agravados ou diminuídos conforme o contexto social e político em que se desenvolve a pesquisa.

1. Percepções e atitudes dos policiais de nível de rua

Nas últimas duas décadas, o tema da legitimidade da polícia vem ganhando destaque nas pesquisas acadêmicas. Seu eixo está na relação entre a percepção dos cidadãos a respeito das autoridades, a disposição deles em reconhecer e obedecer a essas autoridades e a motivação em cumprir as leis.

A cooperação dos cidadãos com as instituições do sistema de justiça criminal, a disposição em obedecer, a satisfação com as instituições, a confiança, a disposição em usar e/ou apoiar o uso da força representam dimensões importantes para o grau de legitimidade das instituições (Sunshine e Tyler, 2003; Tyler, 2006a; Tyler, 2006b; Jackson *et al.*, 2012). Esses estudos –majoritariamente britânicos e estadunidenses– que tradicionalmente priorizaram o ponto de vista dos cidadãos, apontam que a legitimidade das instituições de segurança e justiça não se resume à percepção que os governados têm dos detentores do poder, pois a relação cidadão–autoridade é uma relação dialógica (Bottoms e Tankebe, 2012). Se de um lado as autoridades reivindicam sua legitimidade; de outro, os cidadãos respondem-nas. No processo dialógico, as respostas dos ci-

⁵ Levantamento do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2017, mostra que diversos Estados não disponibilizaram informações nos anos 2015 e 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf>. Acesso em: 8 de novembro de 2018.

dadões impactam na percepção dos próprios detentores do poder acerca de seu respectivo direito moral de governar e de reivindicar legitimidade no futuro.

Nesses termos, a percepção dos detentores do poder sobre sua própria atividade e seu poder torna-se central para entendermos o processo de construção da legitimidade e de como concebem a autoridade conferida a eles (Bottoms e Tankebe, 2012; Jonathan-Zamir e Harpaz, 2014).

Esses estudos inovam ao buscar entender como os agentes públicos que ocupam as hierarquias mais baixas justificam publicamente o uso do poder de que dispõem e quais suas crenças internas para o exercício de sua autoridade (ou autolegitimidade). Essas investigações, conduzidas com base em *surveys* realizados com policiais no Reino Unido (Myhill e Bradford, 2013; Bradford *et al.*, 2014; Bradford e Quinton, 2014); Gana (Tankebe, 2010; 2011; 2014); Estados Unidos (Van Craen e Skogan, 2017); Israel (Jonathan-Zamir e Harpaz, 2014); Taiwan (Sun *et al.*, 2018) e Buenos Aires (Haas *et al.*, 2015), sendo esta a única pesquisa desenvolvida no contexto latino-americano.

Todas essas pesquisas apresentam particularidades quanto ao método adotado –desde os mais tradicionais, com uso de questionários impressos, enviados por correio, até os mais modernos, com formulários eletrônicos, muitas vezes aplicados durante ou ao final de treinamentos e eventos com policiais. Essa diversidade nas estratégias de coleta e o predomínio das amostras não-aleatórias apontam a dificuldade, compartilhada por pesquisadores de diferentes países, na condução de uma pesquisa quantitativa com os agentes policiais. Ponto comum a todos os trabalhos é que não teriam sido possíveis sem a mínima anuência das instâncias superiores das agências policiais estudadas.

Porém, mesmo com esse apoio não há garantias de que o acesso aos policiais será facilitado e bem recebido, como bem descreve o trabalho de Van Craen e Skogan (2017) com policiais de Chicago.

2. A pesquisa em São Paulo

O desenvolvimento do questionário seguiu duas etapas: 1) elaboração de roteiros e entrevistas semiestruturadas com policiais militares e civis, para verificarmos a adequação, compreensão e aplicabilidade dos temas centrais e entender melhor as especificidades das instituições e do trabalho policial;⁶ 2) elaboração de questionários fechados e realização de pré-testes.

O questionário para policiais militares continha 99 questões fechadas e quatro questões abertas; e o questionário para policiais civis tinha 97 questões fechadas e quatro questões abertas.⁷ Nas questões fechadas, usamos categorias de respostas de cinco pontos. O questionário traz instruções, informando os objetivos do estudo e a participação voluntária, sem qualquer compensação ou benefícios aos participantes; informando que o questionário exigia cerca de 20 minutos para ser preenchido, o número de telefone e o nome dos pesquisadores responsáveis, caso o policial quisesse esclarecer dúvidas. Ao final da página, os participantes assinalavam uma confirmação de que haviam lido e entendido as orientações antes de iniciar o preenchimento do questionário.

O questionário, hospedado na plataforma *Survey Monkey*, era respondido pelos próprios policiais em *notebooks* disponibilizados pelos pesquisadores e conectados à internet móvel. A opção pelo questionário autoaplicado visava garantir o anonimato dos policiais, uma vez que a pesquisa se realizou em seus locais de trabalho.

Apesar de a polícia representar uma das faces mais visíveis do Estado, devido à própria natureza de sua atividade

⁶ Cada estado da federação possui duas polícias estaduais responsáveis pela segurança pública: a Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo uniformizado, e a Polícia Civil, polícia judiciária, responsável pelo registro e investigação dos crimes.

⁷ O questionário para policiais militares possui duas perguntas a mais: uma sobre o tipo de atividade desempenhada, pois o policial pode estar designado em uma função diferente do policiamento, como as atividades de administração ou de ensino, por exemplo; outra sobre "abordagem policial", atividade que não está entre as atribuições da Polícia Civil.

realizada no espaço público, o acesso aos estabelecimentos policiais é bastante regrado, principalmente nas unidades das polícias militares. Todavia, essa não é uma característica somente das polícias. No geral, o acesso a outras instituições públicas também se mostra bastante controlado.

O anonimato representa um aspecto central em pesquisas como esta. A hierarquia e a disciplina –traços fundamentais de organizações militares– constituem um obstáculo à pesquisa junto a policiais militares. Mesmo entre policiais civis, que não estão submetidos a rígidos códigos disciplinares, há o temor de punições “veladas”, caso suas manifestações não sejam bem-vistas pelas instâncias superiores.

Colher a opinião dos policiais sobre questões organizacionais e atividade policial não é algo trivial. No caso da Polícia Militar, seu regimento disciplinar prevê diversas sanções, de advertências até prisões administrativas, em caso de infrações como divulgação de “fatos, documentos ou assuntos administrativos ou técnicos de natureza policial, militar ou judiciária, que possam concorrer para o desprestígio da Polícia Militar, ferir a hierarquia ou a disciplina [...] discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos, militares ou policiais, exceтуando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizado.”⁸

Mesmo quando pesquisas são autorizadas, não é raro que policiais de patentes mais baixas sejam ouvidos por pesquisadores sob a supervisão de seus superiores. Nessas condições, sem a garantia do anonimato, é extremamente difícil, e é compreensível que assim o seja, extrair as visões dos policiais em qualquer tipo de pesquisa.⁹

⁸ Artigo 13 do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, Lei Complementar Nº 915, de 22 de março de 2002.

⁹ Sobre a experiência de realizar um *survey* junto ao Departamento de Polícia de Chicago, Skogan (2015, p. 4) afirma que “*Police officers are accustomed to being offered surveys and in recent years have gotten choosy about which they will participate in*”.

Para a realização da pesquisa, em 2016 solicitamos autorização junto ao Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, processo esse que durou seis meses até recebermos o documento assinado pelo Secretário.

Aplicamos os questionários em oito “áreas-chave”¹⁰ de São Paulo: 1) Grajaú, 2) Jardim Ângela, 3) Cidade Ademar, 4) Vila Andrade, localizadas na zona sul da cidade; 5) Vila Matilde e 6) Iguatemi (São Mateus), localizadas na região leste da cidade; 7) Pirituba, localizada na região noroeste da cidade; e 8) Jardim Paulista, localizada na região oeste da cidade.

Cada área-chave dispunha de uma delegacia da Polícia Civil e uma Companhia da Polícia Militar. Diante de questões práticas – falta de acesso às informações dos contingentes dessas unidades policiais e o prazo que para efetuar a pesquisa e os recursos humanos e materiais disponíveis – optamos por viabilizar uma amostra por conveniência em cada uma dessas unidades.

A aplicação dos questionários ocorreu entre 7 de julho e 8 de novembro de 2016, quando realizamos 62 visitas às unidades policiais das oito áreas-chave. Considerando a distância espacial entre as oito áreas, optamos por coletar os dados de uma área-chave por vez, tentando conciliar as visitas às Companhias e às Delegacias nos mesmos dias, mesmo que isso significasse mais de 12 horas de trabalho seguidas.

Colocamos *banners*¹¹ com informações básicas da pesquisa em locais estratégicos, para informar e convidar os policiais a participar da pesquisa; dispusemos os *notebooks*

¹⁰ Metodologia desenvolvida no projeto Cepid. A partir da análise de características urbanas dos setores censitários da cidade, usando variáveis como: condições e alterações ambientais, habitacionais e sanitárias, mobilidade, padrões criminais (homicídio) e perfil populacional, buscou-se identificar unidades territoriais que apresentassem homogeneidade intra-agrupamentos. Cada área, portanto, representa um perfil e um padrão espaço-temporal distinto (NEV, 2015).

¹¹ Informações como: objetivo da pesquisa; autorização para realização; os temas das perguntas; policiais que poderiam participar; tempo necessário para preencher o questionário; local e data da visita da equipe de pesquisa.

em áreas de circulação, como copa ou salas de preleção, para que os policiais tivessem conhecimento de nossa presença, e os organizamos de modo a garantir o máximo de privacidade àqueles que respondessem ao questionário.

Nas visitas, questionando os policiais, pudemos ter uma ideia aproximada do efetivo em cada uma das unidades. Com base nesses números, ainda que imprecisos, determinamos que seriam coletados ao menos 30% do efetivo em cada unidade, uma vez que tínhamos autorização de três meses para o trabalho de campo, sem ter certeza da possibilidade de uma extensão do prazo.

Em cada unidade, realizamos entre uma e sete visitas e obtivemos 298 questionários respondidos por policiais militares e 140 questionários de policiais civis. O mínimo coletado foi de 30,6% do total do efetivo, e o máximo, de 43,5%. Em apenas uma unidade, da Polícia Militar, a coleta não alcançou a porcentagem mínima, ficando em 23,8% após cinco visitas realizadas, entre as quais uma sem nenhuma participação e outra com apenas uma participação.¹²

3. Limites e perspectivas dos dados coletados

Diante de condições que não nos permitiam estabelecer uma amostra representativa de policiais, estabelecemos critérios que delimitassem minimamente a composição da amostra. Primeiro, trabalhamos com um universo homogêneo, composto por policiais civis e militares. Segundo, não foi todo e qualquer policial que fez parte da amostra, mas aqueles que têm contato com a população. Buscamos os efetivos das Companhias –menor unidade organizacional da Polícia Militar, formada majoritariamente por policiais de patentes mais baixas, encarregados do patrulhamento nos bairros e das Delegacias, local de atendimento ao público da Polícia Civil.

¹² Vale apontar que três meses após a pesquisa doze policiais dessa unidade foram presos pela Corregedoria por envolvimento em tráfico de drogas, fato que pode ter inibido a participação dos policiais.

Quanto às patentes e carreiras, nossa amostra não parece ser tão dispar do universo de policiais do Estado. A Polícia Militar tinha em 2016, 88.341 homens, a maioria (94%) praças, dos quais cabos e soldados (as patentes mais baixas) somam 86%. Nossa amostra compreende 87% dessas graduações, com predominância de soldados, o que pode significar que nossa amostra se constitua de policiais um pouco mais jovens e com menos tempo de polícia do que a população de policiais militares no Estado.

Quanto aos policiais civis, que em 2016 eram 26.369 funcionários,¹³ temos uma amostra de investigadores (35%), escrivães (31%) e delegados (7%) frente aos 41%, 24% e 10% respectivamente disponíveis no Estado.

Não tivemos nenhum controle na nossa amostra para os critérios gênero e cor.¹⁴ Contudo, o possível viés mais importante de nossa amostra diz respeito à disposição dos policiais de participar da pesquisa. É possível que policiais que responderam ao questionário apresentem características específicas que os distingam daqueles que não quiseram participar. Esse é um problema de qualquer amostra por conveniência.

A pouca familiaridade dos policiais com pesquisas e com a presença de agentes externos falando sobre questões das instituições; o receio de serem identificados ao expor suas opiniões; o acesso aos policiais no horário de trabalho, que limitava sua disponibilidade de tempo para participar da pesquisa; e uma série de motivações pessoais, como a insatisfação com o trabalho ou o pessimismo quanto à pesquisa e à possibilidade de mudanças etc., podem ter impactado na

¹³ Pesquisa realizada em dezembro de 2017, a respeito de pagamentos efetuados em novembro de 2016 aos policiais que se encontravam na ativa na corporação. Disponível em: <<http://www.transparencia.sp.gov.br/busca-agentes.html>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2018.

¹⁴ Conversa informal com membros da Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCDH) indicou que a porcentagem de mulheres na Polícia Militar é de aproximadamente 14%, enquanto a nossa amostra foi de 16%, o que nos leva a crer que a representação de mulheres na amostra está próxima à realidade da corporação.

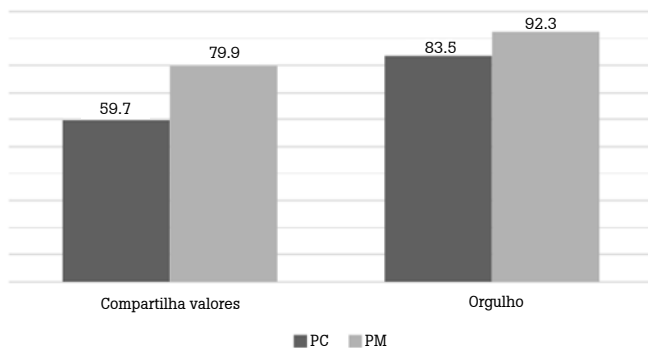
autoseleção dos policiais de participar ou não da pesquisa.¹⁵

Considerando-se o exposto acima, torna-se evidente a dificuldade de realizarmos inferências causais generalizáveis a partir da amostra de policiais aqui discutida, visto que se referem a um grupo específico de policiais, de determinadas unidades territoriais da polícia. Contudo, essa mesma amostra apresenta uma série de avanços importantes às pesquisas com policiais.

4. Breves resultados gerais

Os resultados indicam que os policiais, de ambas polícias, demonstram ter um forte vínculo com suas instituições, sentindo orgulho de fazer parte delas e se identificando com seus valores.

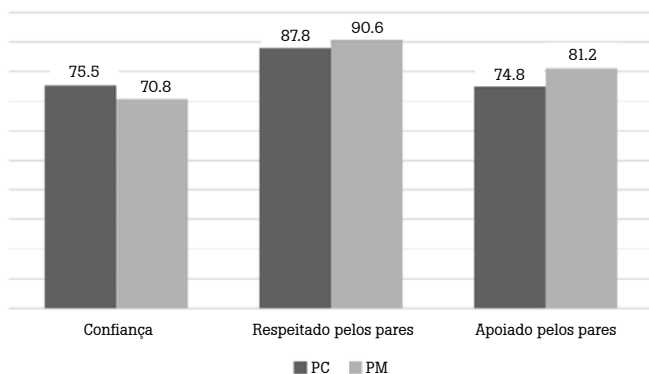
Gráfico 1. “Os valores da Polícia [...] são compatíveis com os meus valores” e “Sinto orgulho de fazer parte da Polícia [...]” (2016): “Concorda totalmente” + “concorda em parte”



Em geral, os policiais têm muito boa relação com seus colegas de corporação. São relações de confiança, respeitosas e de ajuda mútua (Gráfico 2).

¹⁵ Como precisávamos da solicitude dos policiais para desenvolver a coleta, decidimos não fazer nenhum levantamento sobre os motivos daqueles que não estavam dispostos a participar da pesquisa, a fim de evitar qualquer constrangimento que prejudicasse suas relações conosco.

Gráfico 2. “Meus colegas confiam em mim”. “Eu sinto respeito pelos meus colegas” e “Eu sinto que tenho apoio dos meus colegas” (2016): “Concorda totalmente” + “concorda em parte”



Quanto à relação com seus superiores, em geral apontam que são tratados com respeito e de modo justo (Gráfico 3). Ao mesmo tempo, cabe destacar que parcela relevante não sente que suas opiniões são levadas em consideração, nem que as decisões tomadas pelos superiores são sempre objetivas ou mesmo justas (Gráfico 4).

Gráfico 3. “Meus superiores me tratam com respeito” e “Eu sou tratado de modo justo pelos meus superiores” (2016): Tratamento dado pelos superiores: “sempre” + “quase sempre”

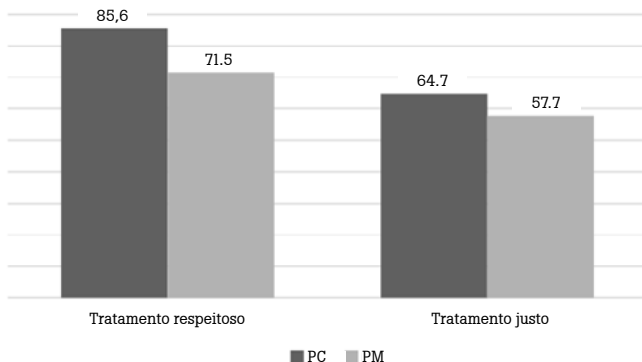
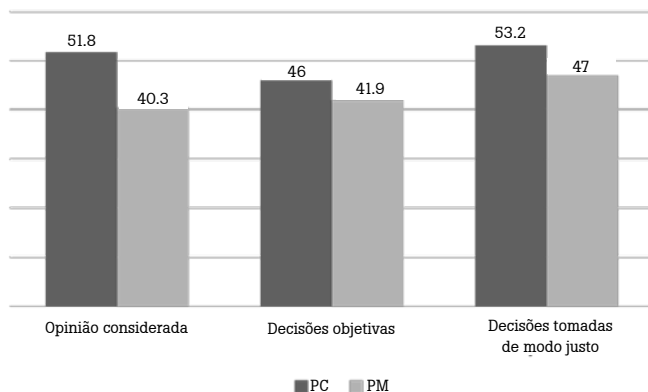


Gráfico 4. O superior “valoriza e leva em consideração as opiniões da equipe”, “Meus superiores tomam decisões que são baseadas em critérios objetivos, não em julgamentos pessoais” e “[...] os superiores tomam decisões de modo justo” (2016): “sempre” + “quase sempre”



A grande maioria dos policiais acha que, ao atenderem às pessoas, devem ser atenciosos e respeitosos, mas há uma “licença” em determinadas situações. Cerca de um terço dos policiais acha que pessoas que cometeram crimes ou que foram desrespeitosas com os policiais não seriam merecedoras de um tratamento respeitoso (Gráfico 5).

Ao mesmo tempo em que os policiais acreditam que as pessoas devem obedecer às suas ordens, não possuem grande confiança na sua própria autoridade. Também não é consenso de que têm o respeito da população e, novamente, há um grupo de policiais que acredita que é bom que as pessoas sintam medo da polícia (Gráficos 6 e 7).

Gráfico 5. “As pessoas devem ser tratadas com respeito, independentemente do modo como elas tratam a polícia” e “As pessoas que desrespeitam a lei não merecem ser tratadas com respeito pela polícia” (2016): “sempre” + “quase sempre”

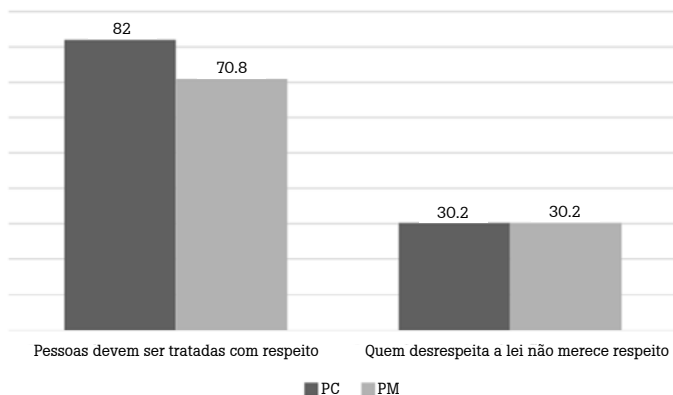


Gráfico 6. “Eu me sinto confiante em usar a autoridade que me foi investida enquanto policial” e “Eu sinto que tenho o respeito da população”: “sempre” + “quase sempre”

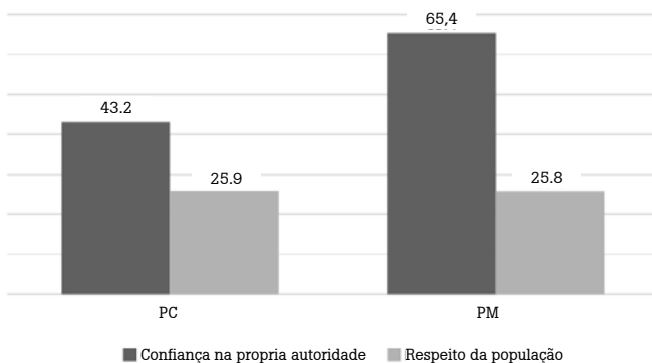
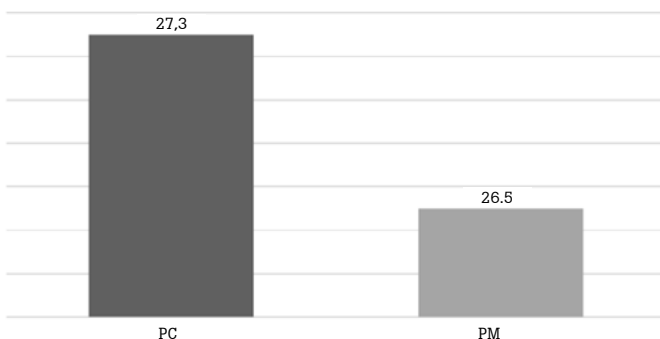


Gráfico 7. “Pela minha experiência, o trabalho policial é melhor quando as pessoas sentem medo da polícia” (2016): “Concorda totalmente” + “concorda em parte”



5. Considerações finais

Estudar o tema da legitimidade entre policiais no nosso contexto apresenta dois desafios principais. O primeiro, conceitual-metodológico, diz respeito ao desenvolvimento do questionário e das perguntas relacionadas à percepção de legitimidade e autoridade entre policiais. Isso porque não podemos falar de “polícia”, pois há duas instituições com organizações e ideologias completamente distintas, o que significa tentar entender duas formas de autolegitimidade para instituições que atuam na segurança pública e têm contato com a população.

O fato de termos de pensar a “autolegitimidade” de policiais que estão inseridos numa estrutura militarizada torna o desafio mais complexo. Nas estruturas militarizadas a ordem é mantida, sobretudo, pela obediência inquestionável e pelo medo da punição, dentro de uma rígida organização hierárquica. Essas são características que tornam as nossas polícias objetos de estudos singulares, completamente diferentes das instituições policiais anglo-saxãs analisadas nos estudos internacionais.

O segundo desafio está no acesso à população estudada e às informações sobre esse universo. Ainda que isso não seja exclusividade das polícias brasileiras, estudar as instituições policiais significa transpor uma série de desafios de uma instituição extremamente fechada “aos de fora”, sem ignorar as características próprias das nossas agências, pouco afeitas à prestação de contas. Tais barreiras, contudo, podem ser contornadas para produzir dados consistentes e de qualidade, que podem gerar conhecimento de determinados fenômenos e contribuir não só para a pesquisa, mas também para a elaboração de políticas públicas.

Referências

- Bottoms, A., & J. Tankebe (2012). “Beyond Procedural Justice: A Dialogic Approach to Legitimacy in Criminal Justice”. *The Journal of Criminal Law and Criminology*, 119-170.
- Bradford, B. & P. Quinton (2014). “Self-legitimacy, Police Culture and Support for Democratic Policing in an English Constabulary”. *British Journal of Criminology*, 54(6), 1023-1046.
- Bradford, B., P. Quinton, A. Myhill, & G. Porter (2014). “Why Do ‘The Law’ Comply? Procedural Justice, Group Identification and Officer Motivation in Police Organizations”. *European Journal of Criminology*, 11(1), 110-131.
- Brito, A. S. A., & L. de Souza (2004). “Representações sociais de policiais civis sobre profissionalização”. *Sociologias*, 6(12), 304-327.
- Haas, N. E., M. Van Craen, W. G. Skogan, & D. M. Fleitas (2015). “Explaining Officer Compliance: The Importance of Procedural Justice and Trust Inside a Police Organization”. *Criminology & Criminal Justice*, 15(4), 442-463.
- Jackson, J., B. Bradford, M. Hough, A. Myhill, P. Quinton, & T. R. Tyler (2012). “Why Do People Comply with the Law? Legitimacy and the Influence of Legal Institutions”. *British Journal of Criminology*, 52(6), 1051-1071.
- Jonathan-Zamir, T., & A. Harpaz (2014). “Police Understanding of the Foundations of Their Legitimacy in the Eyes of the Pub-

- lic: The Case of Commanding Officers in the Israel National Police". *British Journal of Criminology*, 54(3), 469-489.
- Lima, R. K. D. (2013). "Entre as leis e as normas: éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro: PPGSA-UFRJ, Editora UFRJ, 2013.
- Lipsky, M. (2010). *Street-Level Bureaucracy, 30th Ann. Ed.: Dilemmas of the Individual in Public Service*. Russell Sage Foundation.
- Mesquita Neto, P. (2011). *Ensaio sobre Segurança Cidadã*. São Paulo: Quartier Latin.
- Myhill, A., & B. Bradford (2013). "Overcoming Cop Culture? Organizational Justice and Police Officers' Attitudes Toward the Public". *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 36(2), 338-356.
- Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP) (2015). *A delimitação de áreas-chave para estudos longitudinais em São Paulo (SP): relatório interno*. São Paulo: NEV-USP.
- Oliveira, G.G. R. de, S. C. Dufloth, & C. J. G. Horta (2014). "Informações sobre criminalidade no Brasil sob a ótica dos pressupostos dos dados abertos governamentais e da Lei de Acesso à Informação". *Revista Brasileira de Segurança Pública* 8 (2), 48-64.
- Oliveira Muniz, J., & W. F. da Silva (2011). "Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa". *Caderno CRH*, 23(60).
- Oliveira Muniz, J., & K. Sento Sé Mello (2015). "Nem tão perto, nem tão longe. O dilema da construção da autoridade policial nas UPPs". *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 15(1).
- Porto, M. S. G. (2004). "Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal". *São Paulo em perspectiva*, 18(1), 132-141.
- Porto, M. S. G., & A. T. M. Costa (2009). "Códigos de Deontologia Policial no Brasil e no Canadá: análise dos documentos e representações sociais". *Coleção Segurança com Cidadania*, 1, 57-82.
- Skogan, W. G. (2015). "Surveying Police Officers". In: *Envisioning Criminology* (pp. 109-115). Springer, Cham.

- Sun, I. Y., Y. Wu, M. Van Craen, & K. K. L. Hsu (2018). "Internal Procedural Justice, Moral Alignment, and External Procedural Justice in Democratic Policing". *Police Quarterly*, 1098611118772270.
- Sunshine, J., & T. R. Tyler (2003). "The Role of Procedural Justice and Legitimacy in Shaping Public Support for Policing". *Law & Society Review*, 37(3), 513-548.
- Tankebe, J. (2010). "Identifying the Correlates of Police Organizational Commitment in Ghana". *Police Quarterly*, 13(1), 73-91.
- Tankebe, J. (2011). "Explaining Police Support for the Use of Force and Vigilante Violence in Ghana". *Policing & Society*, 21(2), 129-149.
- Tankebe, J. (2014). "The Making of 'Democracy's Champions': Understanding Police Support for Democracy in Ghana". *Criminology & Criminal Justice*, 14(1), 25-43.
- Tyler, T. R. (2006). "Psychological Perspectives on Legitimacy and Legitimation". *Annu. Rev. Psychol.*, 57, 375-400.
- Tyler, T. R. (2006). *Why People Obey the Law*. Princeton University Press.
- Van Craen, M., & W. G. Skogan (2017). "Achieving Fairness in Policing: The Link Between Internal and External Procedural Justice". *Police Quarterly*, 20(1), 3-23.